



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa para prestação de serviços de apoio logístico, compreendendo a disponibilidade / locação de veículos automotores para atender a demandas dos Cartórios Eleitorais na realização de atividades relacionadas às Eleições 2026**, conforme detalhamento no capítulo de descrição dos serviços.
- 1.2. Com vistas a simplificar o registro de proposta e a oferta de lances, para fins de lançamento da proposta no Comprasnet deverá ser considerado o valor global dos serviços, como indicado no quadro abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor total da contratação
01	Serviços de apoio logístico, compreendendo a disponibilidade / locação de veículos automotores para atender a demandas dos Cartórios Eleitorais na realização de atividades relacionadas às Eleições 2026.	Valor Global	1	R\$ 459.263,16
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 459.263,16
CATSER				4014
Intervalo mínimo entre os lances				R\$ 0,01

- 1.2.1. O detalhamento dos serviços (quantitativo de veículos, diárias) e valores por subitem, encontram-se pormenorizados nos capítulos 3 e 9 deste Termo de Referência.
- 1.2.2. A empresa ofertante do menor preço global deverá apresentar proposta detalhada, em que sejam indicados os valores correspondentes a cada subitem dos serviços descritos no capítulo 3.
- 1.3. Os serviços previstos a serem executados durante a vigência da contratação estão indicados no Capítulo 3, e foram definidos conforme Estudo Técnico Preliminar 118/2026 (2051931).
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.
- 1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação será da data da última assinatura eletrônica do contrato até 31/dezembro/2026.
- 1.6.1. Por se tratar de contratação com quantitativo estimado, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.
- 1.7. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da presente contratação, e de seu quantitativo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 118/2026 (2051931).
- 2.2. A contratação se justifica pela necessidade de transporte de pessoas e materiais para realização de atividades concernentes às Eleições 2026 e ante a insuficiência da frota própria deste Tribunal para atendimento de todas as demandas das unidades da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais da Capital e do Interior do Estado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1 A solução que atende à Administração é a **contratação de empresa para prestação de serviços de apoio logístico, compreendendo a disponibilidade / locação de veículos automotores para atender a demandas dos Cartórios Eleitorais na realização de atividades relacionadas às Eleições 2026**, conforme indicado neste Capítulo.
- 3.2. Os serviços a serem contratados compreendem, basicamente, a disponibilidade de veículos indicados no quadro abaixo, conforme condições previstas neste instrumento.

Subitem	Descrição básica	Início da locação (previsto)	Fim da locação (previsto)	Quantidade de diárias	Valor base da diária	Valor total por veículo	Quantidade de veículos	Valor total
1.1	Locação de veículo automotor, da categoria sedan, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: Hyndai HB20S; GM Ônix Sedan; etc.).	17/08/2026	30/10/2026	74	R\$ 181,15	R\$ 13.405,10	30	R\$ 402.153,00
1.2	Locação de veículo automotor, da categoria sedan, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: Hyndai HB20S; GM Ônix Sedan; etc.).	28/09/2026	05/10/2026	7	R\$ 235,76	R\$ 1.650,32	12	R\$ 19.803,84
1.3	Locação de veículo automotor, da categoria sedan, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: Hyndai HB20S; GM Ônix Sedan; etc.).	19/10/2026	26/10/2026	7	R\$ 235,76	R\$ 1.650,32	12	R\$ 19.803,84
1.4	Locação de veículo automotor, da categoria SUV Compacto, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: VW T-Cross, Jeep Renegade; etc.).	17/8/2026	30/10/2026	74	R\$ 236,52	R\$ 17.502,48	1	R\$ 17.502,48

- 3.2.1. Por ocasião da retirada do veículo locado, não havendo disponibilidade de modelo com as características indicadas na cláusula 3.2 acima, a contratada poderá oferecer veículo de características similares ou superiores.
- 3.3. Os veículos locados serão utilizados para apoio logístico à realização de atividades concernentes às Eleições 2026, compreendendo o transporte de pessoas e materiais e deslocamentos urbanos e rodoviários dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com as necessidades da Justiça Eleitoral.
- 3.3.1. A distribuição dos veículos, inicialmente prevista, está indicada no quadro abaixo.

	Período eleitoral - 17/08 a 30/10		1º turno - 28/09 a 05/10	2º turno - 19 a 26/10
	Veículo Sedan (subitem 1.1)	SUV (subitem 1.4)	Veículo Sedan (subitem 1.2)	Veículo Sedan (subitem 1.3)
TOTAL	30	1	12	12
Cartório da 2ª ZE - Naviraí	1			
Cartório da 4ª ZE - Fátima do Sul	1			
Cartório da 5ª ZE - Nova Andradina	1			
Cartório da 7ª ZE - Corumbá	1			
Cartório da 8ª ZE - Campo Grande	2		2	2
Cartório da 11ª ZE - Rio Brilhante	1			
Cartório da 12ª ZE - Coxim	1			

Cartório da 17ª ZE - Bela Vista	1			
Cartório da 20ª ZE - Porto Murtinho	1			
Cartório da 26ª ZE - Sonora	1			
Cartório da 30ª ZE - Bonito	1			
Cartório da 31ª ZE - Sidrolândia	1			
Cartório da 33ª ZE - Mundo Novo	1			
Cartório da 34ª ZE - Bandeirantes	1			
Cartório da 35ª ZE - Campo Grande	2		2	2
Cartório da 36ª ZE - Campo Grande	2		2	2
Cartório da 41ª ZE - Brasilândia	1			
Cartório da 43ª ZE - Dourados		1		
Cartório da 44ª ZE - Campo Grande	2		2	2
Cartório da 45ª ZE - Nioaque	1			
Cartório da 48ª ZE - Chapadão do Sul	1			
Cartório da 51ª ZE - Três Lagoas	1			
Cartório da 52ª ZE - Ponta Porã	1			
Cartório da 53ª ZE - Campo Grande	2		2	2
Cartório da 54ª ZE - Campo Grande	2		2	2

3.4. As datas de início e de fim dos períodos de locação poderão ser ajustadas pelo TRE/MS, especialmente em relação aos veículos destinados ao Interior do Estado, em decorrência do cronograma de distribuição e de recolhimento a ser definido.

3.5. As datas de fim dos períodos de locação poderão ser antecipadas em caso de encerramento do processo eleitoral no 1º turno, ou seja, não venha a ocorrer o 2º turno.

3.6. Em caso de ocorrência de hipóteses indicadas nas cláusulas 3.4 e 3.5, o TRE/MS pagará à Contratada o valor correspondente às diárias de locação efetivamente executadas.

3.7. Os veículos deverão estar disponíveis para retirada às 8 horas do dia inicial do período de locação definido, facultando-se à contratada a liberação do veículo em horário antecedente, sem que isso implique em alteração de valores da locação ou em antecipação do horário limite previsto para devolução.

3.8. A devolução dos veículos ocorrerá até às 17 horas da data de término do período de locação definido.

3.9. A retirada e a devolução do veículo serão realizadas em agência e/ou estabelecimento situado no município de Campo Grande/MS.

3.9.1. A distribuição dos veículos aos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado a serem atendidos será realizada pelo TRE/MS, bem como o posterior recolhimento para devolução à Contratada.

3.9.2. Havendo agência e/ou estabelecimento em município que seja sede de Cartório Eleitoral a ser atendido com veículo, a Contratada poderá oportunizar ao TRE/MS que a retirada e a devolução ocorram diretamente na respectiva localidade.

3.10. Os veículos serão locados na modalidade de "quilometragem livre", ante a dificuldade de se estabelecer a efetiva utilização de cada veículo, devendo a empresa interessada prever em sua proposta os custos correspondentes, se for o caso.

3.11. Os veículos devem contar com cobertura de seguro contra sinistros como: danos materiais ao veículo, furto e roubo, incêndio; bem como, contar com cobertura de danos materiais e pessoais a terceiros, danos pessoais aos ocupantes do veículo, proteção de vidros, faróis, lanternas, retrovisores.

3.11.1. A proteção requerida nesta cláusula tem como referência a proteção de categoria premium disponibilizada por locadoras de veículos (exemplos: Localiza e Movida).

3.11.2. A participação do TRE/MS (franquia) no caso de ocorrência de sinistro, quando houver, ficará limitada ao disposto na apólice de seguro correspondente e/ou nas condições informadas pela Contratada.

3.11.3. A Contratada deverá informar ao TRE/MS a cobertura de seguro / categoria de proteção ofertada e as condições a ela pertinentes.

3.12. O veículo locado será conduzido por qualquer servidora / servidor ou colaboradora / colaborador do TRE/MS, devidamente habilitada (o).

3.12.1. Não obstante o disposto na cláusula 3.12., a contratada poderá requerer ao TRE/MS a indicação de condutora / condutor para ficar responsável pela retirada e/ou devolução do veículo locado.

3.12.2. Na hipótese da cláusula 3.12.1, a contratada deverá permitir ao TRE/MS a indicação de até quatro condutoras / condutores para realizar a retirada e/ou devolução de cada veículo locado.

3.12.2.1. A indicação de condutora / condutor será feita pelo TRE/MS até 5 dias úteis anteriores à retirada dos veículos.

3.12.2.2. Os eventuais custos para indicação de condutoras / condutores adicionais, se houver, deverão estar inclusos no preço ofertado para o respectivo subitem.

3.13. Os procedimentos a serem seguidos relativamente às locações previstas são os seguintes:

a) até 15 dias úteis anteriores às datas previstas para retirada dos veículos para o período eleitoral e para o 1º turno, o TRE/MS comunicará à contratada a necessidade de veículo (s) e indicará as datas correspondentes ao período de locação (início e término);

a.1) caso o TRE/MS não efetue a comunicação prevista na alínea "a", prevalecerão as demandas e datas previstas na cláusula 3.2;

a.2) a necessidade de veículos para uso no 2º turno será confirmada após a divulgação dos resultados do 1º turno e consequente definição de realização do 2º turno;

b) até cinco dias úteis anteriores à retirada dos veículos o TRE/MS comunicará à contratada o (s) nome (s) da (s) condutora (s) / do (s) condutor (es) responsável (is) pela retirada do veículo;

c) até dois dias úteis anteriores à retirada dos veículos pelo TRE/MS, a contratada informará o local e respectivo endereço em que os veículos deverão ser retirados, bem como os procedimentos a serem seguidos e/ou documentos que deverão ser apresentados para essa retirada;

d) no dia fixado para início da locação do veículo, a condutora / o condutor designada (o) comparecerá ao local informado pela contratada para a retirada do veículo;

d.1) o veículo deverá estar disponível para retirada às 8 horas, facultando-se à contratada a liberação do veículo em horário antecedente, sem que isso implique em alteração de valores da locação ou em antecipação do horário limite previsto para devolução;

e) no dia fixado para encerramento da locação do veículo, a condutora / o condutor designada (o) comparecerá ao local informado pela contratada para a devolução do veículo (horário limite: 17h);

3.14. Por ocasião da devolução do veículo, caso a Contratada verifique alguma ocorrência que demande saneamento pelo TRE/MS, deverá fazer o registro por escrito, comunicando imediatamente à / ao responsável pela devolução e, posteriormente, ao TRE/MS.

3.15. Em caso de aplicação de multa por infração de trânsito, a Contratada deverá encaminhar a notificação da autoridade de trânsito ao TRE/MS em tempo hábil para identificação da condutora / do condutor e eventual interposição de recurso por parte desta (e).

3.15.1. Prevalecendo a aplicação da multa, o TRE/MS adotará as providências pertinentes ao respectivo pagamento, sem prejuízo de posterior requerimento de ressarcimento ao erário pela condutora infratora / pelo condutor infrator.

3.16. A Contratada deverá informar ao TRE/MS os canais de comunicação para fins de registro de ocorrências relacionadas aos veículos disponibilizados, tais como mau funcionamento, sinistros, etc., bem como as providências que deverão ser adotadas pela condutora / pelo condutor nessas situações.

3.16.1. Em caso de imobilização do veículo por problema mecânico ou sinistro, a Contratada ficará responsável pelo recolhimento do veículo no local em que se encontrar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deverá comprovar Regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT).

4.2. Os veículos tornados disponíveis devem:

a) dispor das características indicadas neste instrumento;

b) estar em boas condições de uso e funcionamento;

c) estar disponíveis para uso pelo Tribunal nas datas ou períodos indicados;

d) ser entregues ao Tribunal abastecidos e serão devolvidos nas mesmas condições;

CONSÓRCIO

4.3. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

SUBCONTRATAÇÃO

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5.1. Dado o quantitativo de veículos previsto a ser disponibilizado, não se considerará subcontratação a disponibilidade de veículos por estabelecimentos distintos, mantendo-se nesse caso a responsabilidade integral da Contratada sobre a prestação dos serviços.

SUSTENTABILIDADE

4.6. Os veículos a serem tornados disponíveis deverão ter motorização bicomcombustível (etanol e gasolina).

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada com observância das condições fixadas neste instrumento, especialmente as constantes no Capítulo 3 e no Termo de Contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidora (s) / servidor (es) pertencente (s) ao quadro deste Tribunal, a (s) / o (s) qual (is) será (ão) formalmente designada (s) / o (s) pela Administração.

6.3.1. O contato entre o TRE/MS e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

6.4. Para fins desta contratação, considerando a previsão de prestação de serviços em atendimento a unidades administrativas distintas e a inviabilidade de que apenas uma servidora / um servidor realize a fiscalização em todos os locais, e objetivando a correta execução das atividades de fiscalização, serão designados:

a) 1 fiscal central titular e 1 substituta (o), dentre servidoras (es) lotadas (os) no Núcleo de Transporte da Coordenadoria de Serviços Gerais; e,

b) 1 fiscal local titular e 1 substituta (o), dentre servidoras (es) lotadas (os) nos Cartórios Eleitorais a serem atendidos com as locações;

6.5. À (ao) fiscal central competirá a supervisão da contratação, cabendo-lhe, dentre outras atribuições correlatas, o acompanhamento da execução da contratação, em nível mediato, o apoio e a orientação aos fiscais locais e a atuação como facilitador da relação entre contratante (fiscais locais) e contratada (preposto), no tocante aos aspectos operacionais da contratação, bem como a compilação de informações e documentos necessários ao pagamento dos serviços à contratada.

6.6. A (o) fiscal local atuará como apoio à fiscalização central, competindo-lhe as atribuições previstas na cláusula 6.7, no que couber, e na cláusula 6.8, alíneas 'a' a 'e', e, conforme o caso, na alínea 'f' em relação aos serviços executados no seu local de lotação, cabendo-lhe observar as orientações do fiscal central e repassar a este todas as informações pertinentes a essas atribuições, bem como outras relacionadas à execução do objeto desta contratação.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência da (o) fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

j) Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela (o) agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.8. Compete ainda à Fiscalização:

- a) requisitar a prestação dos serviços, observados os procedimentos mencionados nos Capítulos 3 e 5, dentre outras condições pertinentes;
- b) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;
- c) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- d) comunicar à contratada as falhas detectadas;
- e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- f) efetuar os recebimentos provisório e definitivo, realizando as devidas verificações;
- g) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.9. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

6.10. As comunicações entre o TRE/MS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.11. O TRE/MS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7.2. O recebimento provisório dos serviços será efetuado pela (o) fiscal local, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) retirada do veículo na data e horário especificados;
- b) verificação da adequação das condições do veículo com o previsto neste instrumento;
- c) atesto dos serviços;

7.3. A (o) fiscal local comunicará à Fiscalização Central o atesto dos serviços em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de devolução do veículo à Contratada.

7.4. O recebimento definitivo será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do documento fiscal pela contratada, satisfeitas as condições abaixo:

- a) informação da (o) fiscal local quanto à conclusão da execução dos serviços (atesto);
- b) conformidade do documento fiscal apresentado.

7.5. Constatado que o serviço prestado atendeu ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no corpo da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.6. Verificada alguma falha na prestação do serviço, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa contratada, para que proceda à sua correção.

7.7. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

Pagamento

7.8. O pagamento dos serviços objeto desta contratação será realizado em três etapas:

- a) 1ª etapa: compreendendo as diárias de locação do mês de agosto/2026;
- b) 2ª etapa: compreendendo as diárias de locação do mês de setembro/2026; e,
- c) 3ª etapa: após a devolução dos veículos à Contratada, compreendendo as diárias que não foram objeto de pagamento nas etapas anteriores;

Emissão do documento de cobrança

7.9. A Nota Fiscal/Fatura (ou documento fiscal equivalente) deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços a que se refira, respectivos quantitativos e valores.

7.9.1. O documento de cobrança será emitido em até 5 (cinco) dias úteis posteriores ao encerramento de cada etapa de faturamento indicada na cláusula 7.8.

7.9.2. Em anexo à Nota Fiscal / Fatura, a Contratada deverá encaminhar relatório descritivo dos veículos disponibilizados e dos períodos de locação faturados, de modo a viabilizar a conferência e o atesto pela Fiscalização.

7.10. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.11. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

7.12. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

7.13. De modo a viabilizar o início do processo de pagamento, a nota fiscal deverá ser encaminhada à Fiscalização do contrato até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços (vide etapas de faturamento previstas na cláusula 7.8).

Pagamento da nota fiscal

7.14. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas, inclusive a regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.

7.15. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a Fiscalização Central fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o atesto da Nota Fiscal/Fatura e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e documentação anexa proveniente da fiscalização.

7.16. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.17. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.18. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX1100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e
a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

7.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O executor dos serviços (contratada) será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

8.3. A análise das propostas será realizada por servidora (s) / servidor (es) do TRE/MS, designada (s/o(s)) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para o (s) serviço (s) previsto (s) neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos concernentes, visando à formação dos preços a serem ofertados.

8.4.1. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;
- d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a estimativa dos valores da contratação foram considerados os valores obtidos em Consulta de Preços realizada pelo TRE/MS junto a sítios eletrônicos de empresas especializadas em locação de veículos.

9.2. O valor global máximo para a prestação dos serviços admitido pelo Tribunal é de R\$ 459.263,16 (quatrocentos e cinquenta e nove mil duzentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos).

9.2.1. Para elaboração de sua proposta, a empresa interessada deverá observar os preços máximos por subitem indicados no quadro seguinte.

SubItem	Descrição básica	Início da locação	Fim da locação	Quantidade de diárias	Valor base da diária	Valor total por veículo	Quantidade de veículos	Valor total
1.1	Locação de veículo automotor, da categoria sedan, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: Hyndai HB20S; GM Onix Sedan; etc.).	17/08/2026	30/10/2026	74	R\$ 181,15	R\$ 13.405,10	30	R\$ 402.153,00
1.2	Locação de veículo automotor, da categoria sedan, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: Hyndai HB20S; GM Onix Sedan; etc.).	28/09/2026	05/10/2026	7	R\$ 235,76	R\$ 1.650,32	12	R\$ 19.803,84
1.3	Locação de veículo automotor, da categoria sedan, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: Hyndai HB20S; GM Onix Sedan; etc.).	19/10/2026	26/10/2026	7	R\$ 235,76	R\$ 1.650,32	12	R\$ 19.803,84
1.4	Locação de veículo automotor, da categoria SUV Compacto, com motorização 1.0 ou superior, movidos a etanol e a gasolina (bicombustível / flex), com transmissão manual ou automática, e equipado com sistema de ar condicionado (exemplos: VW T-Cross, Jeep Renegade; etc.).	17/8/2026	30/10/2026	74	R\$ 236,52	R\$ 17.502,48	1	R\$ 17.502,48
						TOTAL GLOBAL		R\$ 459.263,16

9.3. Para fins de reserva orçamentária, a despesa total estimada com a presente contratação é de R\$ 459.263,16 (quatrocentos e cinquenta e nove mil duzentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 4269 PLEITOS ELEITORAIS;
- c) Programa de Trabalho: **02.061.0033.4269.0001**;
- d) Elemento de Despesa: 3390.33.03;
- e) Plano Interno: ***FUN LOCVEII - FUN LOCVEI2***;

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta do Contrato.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Requerer da contratada a prestação dos serviços objeto desta contratação, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na legislação aplicável;
- c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

- a) Executar os serviços decorrentes da contratação na forma e condições determinadas;
- b) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- c) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;
- d) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;
- e) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;
- f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- g) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;
- h) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;
- i) Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir;

- j) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- k) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
- l) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- m) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Eduardo Haruo Braga Nagata
Integrante demandante

Sônia Aparecida Granja Anelli
Integrante Administrativo

Luís Maciel Malves da Silva
Unidade Gestora



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA, Coordenador**, em 15/06/2026, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Assessora**, em 16/06/2026, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2054292** e o código CRC **51164D90**.